



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

5584

Presidente da Mesa Diretora: José Maria Saraiva

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Normas, obrigações, proibições e regulamentos

Autoria: Aurindo Ribeiro

Data: 08/06/2004

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 54/2004. Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar em receituário médico da rede municipal, tarja orientando quanto ao combate e a prevenção do uso de drogas: "Se você sabe que seu amigo usa drogas e não fala nada, que droga de amigo você é?".

Controle Interno – Caixa: 17 **Posição:** 61 **Número de folhas:** 04

Espécie: Ph
Categoria: Normas
Cl: 17
Ordem: 61
nº fls: 02

54/2004



24.06.2004

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2.004

AUTOR:

VEREADOR - AURINDO RIBEIRO

ASSUNTO:

Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar em receituário

médico da Rede Municipal tarja orientando quanto ao combate e a prevenção

do uso de drogas.

Carica

MOVIMENTO

- 1 - _____
- 2 - **Entrada em 08/06/2.004**
- 3 - _____
- 4 - **Comissão de Legislação e Justiça**
- 5 - **APROVADO EM REGIME DE URGÊN**
- 6 - **CIA EM. 24.06.2004**
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

PROJETO DE LEI Nº _____/2.004

Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar em receituário médico da Rede Municipal tarja orientando quanto ao combate e a prevenção do uso de drogas.

O povo do Município de Montes Claros –MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído a obrigatoriedade da Prefeitura Municipal de Montes Claros através da Secretária Municipal de Saúde, fazer constar nos receituários médicos, da rede municipal, tarja orientando quanto ao combate e à prevenção do uso de drogas com os seguintes dizeres:

" Se você sabe que seu amigo usa drogas e não fala nada, que droga de amigo você é?"

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal, 08 de junho de 2004.


VEREADOR - AURINDO RIBEIRO - PV
VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 09 DE ABRIL DE 2004

PRESIDENTE

E' l'ham e unibnt


CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 24 DE ABRIL DE 2004
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI N. ° _____ / 2004 QUE “Dispõe sobre a obrigatoriedade de constar em receituário médico da Rede Municipal tarja orientando quanto ao combate e a prevenção do uso de drogas.” de autoria do Vereador Aurindo José Ribeiro.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Montes Claros – MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O Projeto sob comento tem como objetivo fazer constar nos receituários médicos da rede municipal tarja orientando quanto ao combate e à prevenção do uso de drogas, com os dizeres:

“Se você sabe que seu amigo usa drogas e não fala nada, que droga de amigo você é?”.

A Carta Federal em seu inciso XIV, art. 5º, estabelece que: “é assegurado a todos o acesso à informação”.

E, conforme o art. 196 do mesmo diploma legal: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação”.

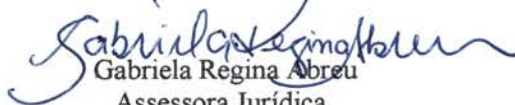
São de relevância pública as ações e serviços de saúde, e, nesse sentido, essa Egrégia Casa aprovou dois projetos que embora distintos traduzem a garantia do direito à saúde, a dignidade da pessoa humana e a promoção do bem de todos, a saber: “Projeto de Lei do Vereador Sued Parrela Botelho, que torna obrigatória a afixação em bares e boates de Montes Claros de Placa contendo advertência sobre o abuso sexual à criança e adolescente” e o Projeto de Lei do Vereador José Hélio Guimarães que permite constar nos contra-cheques dos servidores públicos municipais dizeres de campanhas educativas. Cumpre dizer, que o Projeto não gera despesas para o erário público.

Deste modo, o art. 30 da CF, prevê: “Compete aos municípios: I – legislar sobre assuntos de interesse local”.

Ex positis, o Projeto de Lei não fere e nem contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Constitucional e tampouco infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, Legal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 18 de junho de 2004.


Gabriela Regina Abreu
Assessora Jurídica
OAB/MG 81.617